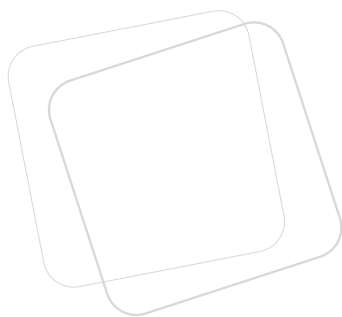




SUMÁRIO

1. DIREITO EMPRESARIAL: NOMENCLATURA, CONCEITO, ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, AUTONOMIA E FONTES	41
1. A nomenclatura: por que direito empresarial?.....	42
2. Conceito de direito empresarial.....	43
3. Origem do direito empresarial	44
3.1. O direito estatutário e a jurisdição consular.....	47
3.2. A formação de um regime jurídico comercial.....	52
4. A evolução histórica do direito empresarial.....	55
4.1. Da definição do regime jurídico dos atos de comércio.....	56
4.2. Definição e descrição dos atos de comércio e sua justificação histórica.	57
4.3. Os atos de comércio na legislação pátria	61
4.4. A doutrina brasileira e a questão dos atos de comércio.....	63
4.5. A teoria da empresa e o novo paradigma do direito empresarial.....	64
4.6. Surgimento da teoria da empresa e seus contornos	65
4.7. A teoria da empresa no Brasil antes do Código Civil de 2002: legislação e doutrina	66
4.8. A teoria da empresa no Brasil após o Código Civil de 2002: legislação e doutrina	69
5. Autonomia do direito empresarial.....	70
5.1. Características do direito empresarial.....	73
5.2. Institutos jurídicos típicos do direito empresarial.....	74
5.3. Princípios do direito empresarial	74
5.3.1. Livre-iniciativa.....	74
5.3.1.1. Livre-iniciativa e regulamentação de profissões.....	76
5.3.1.1.1. Uma visão liberal sobre o tema	79
5.3.1.2. Livre-iniciativa e burocracia	82
5.3.2. Função social da empresa.....	84

5.3.3.	Livre concorrência.....	86
5.3.3.1.	O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.....	86
5.3.4.	Tratamento favorecido das ME e EPP	89
5.3.5.	Princípio da preservação da empresa.....	91
5.3.6.	Outros princípios do direito empresarial.....	91
5.3.7.	A Lei da Liberdade Econômica e seus princípios.....	92
6.	Fontes do direito empresarial	92
2.	TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	97
1.	Introdução	97
2.	O conceito de empresário.....	98
2.1.	Empresário individual x sociedade empresária.....	102
2.1.1.	A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e sua extinção.....	104
2.2.	Agentes econômicos excluídos do conceito de empresário.....	104
2.2.1.	Profissionais intelectuais	105
2.2.2.	As sociedades simples (sociedades uniprofissionais)	108
2.2.2.1.	As sociedades de advogados.....	109
2.2.3.	O exercente de atividade econômica rural.....	111
2.2.4.	Sociedades cooperativas.....	114
3.	Empresário individual.....	115
3.1.	Impedimentos legais.....	116
3.2.	Incapacidade.....	118
3.2.1.	Hipóteses excepcionais de exercício individual de empresa por incapaz	118
3.2.2.	Sócio incapaz.....	122
3.3.	Empresário individual casado.....	122
4.	Registro empresarial.....	123
4.1.	A Lei de Registro Público de empresas mercantis (Lei 8.934/1994)	125
4.2.	Os atos de registro.....	129
4.3.	A estrutura organizacional das Juntas Comerciais	131
4.4.	O processo decisório nas Juntas Comerciais	132
4.4.1.	Recursos cabíveis	136
4.5.	A publicidade dos atos de registro.....	136
4.5.1.	Publicação de atos de registro pelas partes	137

5. Escrituração do empresário.....	138
5.1. A situação especial dos microempresários e empresários de pequeno porte.....	140
5.2. O sigilo empresarial.....	141
5.3. A eficácia probatória dos livros empresariais.....	143
6. Nome empresarial.....	144
6.1. Espécies de nome empresarial.....	147
6.2. O nome empresarial das sociedades.....	149
6.3. Princípios que norteiam a formação do nome empresarial.....	150
6.4. Alguns entendimentos relevantes do DREI acerca da proteção ao nome empresarial.....	153
6.5. A proteção ao nome empresarial na jurisprudência do STJ.....	154
6.6. Mudanças nas regras do nome empresarial provocadas pela Lei 14.195/2021.....	157
7. Estabelecimento empresarial.....	157
7.1. Natureza jurídica do estabelecimento empresarial.....	161
7.2. O contrato de trespasse.....	162
7.3. A sucessão empresarial.....	163
7.4. A cláusula de não concorrência.....	166
7.4.1. A cláusula de não concorrência na jurisprudência do CADE.....	169
7.5. A avaliação (<i>valuation</i>) do estabelecimento empresarial e a <i>due diligence</i>	173
7.6. Outras normas acerca do estabelecimento empresarial previstas no Código Civil.....	173
7.7. Proteção ao ponto de negócio (locação empresarial).....	175
7.7.1. Shopping center.....	181
7.7.1.1. A problemática sobre as cláusulas de raio nos contratos de shopping center.....	182
7.8. Aviamento e clientela.....	184
7.9. Penhora de estabelecimento empresarial.....	185
8. Auxiliares e colaboradores do empresário.....	186
8.1. Regras gerais sobre os prepostos do empresário.....	187
8.2. O contabilista.....	188
8.3. O gerente.....	188
3. DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	191
1. Introdução.....	191

2. O gênero “propriedade intelectual” e suas espécies	192
3. Histórico do direito de propriedade industrial.....	194
3.1. Convenção da União de Paris (CUP).....	195
3.2. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual.....	196
3.3. Propriedade intelectual na pauta do GATT	196
3.4. Unilateralismo: Especial 301	197
3.5. O Acordo TRIPS.....	199
3.6. Os acordos TRIPS- <i>plus</i>	200
3.7. Os princípios da CUP na LPI	200
3.7.1. Prioridade unionista.....	200
3.7.2. Prioridade interna	202
4. O tratamento constitucional da matéria no Brasil	202
5. Propriedade industrial ou monopólio industrial?.....	203
5.1. A defesa utilitarista dos monopólios intelectuais e suas falhas	216
6. Os direitos de “propriedade industrial” protegidos pela LPI.....	228
7. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	229
8. Das patentes de invenção e de modelo de utilidade	231
8.1. Conceito de invenção e de modelo de utilidade	231
8.2. Requisitos de patenteabilidade	233
8.2.1. Novidade	233
8.2.1.1. Estado da técnica	234
8.2.1.2. Período de graça	235
8.2.2. Atividade inventiva.....	237
8.2.3. Aplicação industrial.....	238
8.2.4. Licitude do objeto da patente	239
8.2.4.1. Patentes de produtos e processos farmacêuticos.....	240
8.2.4.2. Patentes de segundo uso médico	240
8.2.4.3. Patentes de biotecnologia.....	244
8.2.4.4. Patentes x Cultivares.....	247
8.3. Procedimento do pedido de patente.....	249
8.3.1. Legitimidade do autor do pedido de patente	249
8.3.1.1. Colidência entre inventos	250
8.3.2. O invento realizado por funcionários do empresário.....	251
8.3.3. Análise dos requisitos de patenteabilidade.....	253

8.3.4.	Concessão da patente.....	258
8.3.5.	Vigência da patente.....	259
8.3.6.	Proteção conferida pela patente.....	260
8.3.7.	Nulidade da patente.....	262
8.3.7.1.	Processo administrativo de nulidade.....	263
8.3.7.2.	Ação judicial de nulidade.....	263
8.3.8.	Cessão da patente.....	264
8.3.9.	Licenciamento da patente.....	264
8.3.9.1.	Licença voluntária.....	265
8.3.9.2.	Licença compulsória.....	266
8.3.10.	Patente de interesse da defesa nacional.....	270
8.3.11.	Retribuição anual.....	270
8.3.12.	Extinção da patente.....	271
8.4.	Certificado de adição de invenção.....	272
8.5.	Patentes <i>pipeline</i>	272
8.6.	Patentes <i>mailbox</i>	275
9.	Desenho industrial.....	277
9.1.	Conceito de desenho industrial.....	277
9.1.1.	Requisitos de registrabilidade do desenho industrial.....	278
9.2.	Procedimento de registro do desenho industrial.....	279
9.2.1.	Legitimidade do autor do pedido de registro de desenho industrial.....	279
9.2.2.	Análise dos requisitos de registrabilidade.....	280
9.2.3.	Concessão do registro de desenho industrial.....	280
9.2.4.	Prazo de vigência do registro de desenho industrial.....	281
9.2.5.	Proteção conferida pelo registro de desenho industrial.....	281
9.2.6.	Nulidade do registro de desenho industrial.....	282
9.2.6.1.	Processo administrativo de nulidade e ação judicial de nulidade.....	282
9.2.7.	Retribuição quinquenal.....	283
9.2.8.	Extinção do registro de desenho industrial.....	283
10.	Marca.....	284
10.1.	Sinais ou expressões não registráveis como marca.....	286
10.1.1.	Expressões comuns ou genéricas.....	287
10.1.2.	Cores e suas denominações.....	293

10.1.3. Marca <i>versus</i> nome empresarial.....	295
10.1.4. Marca <i>versus</i> nome de domínio.....	297
10.1.5. Reprodução, ainda que em parte, de marca alheia.....	299
10.1.6. Imitação ideológica de marca alheia.....	300
10.1.7. Símbolos oficiais.....	301
10.1.8. Sinal ou expressão empregada como meio de propaganda.....	304
10.1.9. A questão do uso de expressões registradas como marca nos chamados <i>links</i> patrocinados.....	305
10.2. Espécies de marca.....	308
10.3. Procedimento do pedido de registro de marca.....	310
10.3.1. Legitimidade do autor do pedido de registro de marca.....	310
10.3.2. Depósito e exame do pedido.....	311
10.3.3. Concessão do registro de marca.....	313
10.3.4. Vigência do registro de marca.....	313
10.3.5. Proteção conferida pelo registro de marca.....	314
10.3.5.1. O princípio da especialidade ou especificidade.....	314
10.3.5.1.1. Marca de alto renome.....	317
10.3.5.1.2. Marca de alto renome <i>versus</i> marca notoriamente conhecida.....	326
10.3.5.2. O uso indevido de marca registrada.....	328
10.3.6. Cessão do registro de marca.....	330
10.3.7. Licenciamento do registro de marca.....	331
10.3.8. Nulidade do registro de marca.....	332
10.3.8.1. Processo administrativo de nulidade.....	332
10.3.8.2. Ação judicial de nulidade.....	333
10.3.9. Extinção do registro de marca.....	334
10.3.9.1. Renúncia ao registro de marca e continuidade de ação de nulidade: o caso Coca-Cola x Joca Cola.....	337
11. Indicações geográficas.....	338
12. <i>Trade dress</i> (Conjunto-imagem).....	340
13. <i>Puffing</i> (exagero publicitário).....	343
14. Concorrência desleal.....	344
14.1. Crimes de concorrência desleal.....	344
14.2. Parasitismo.....	345
14.3. Publicidade comparativa.....	346
14.4. Repressão civil à concorrência desleal.....	347

4. DIREITO SOCIETÁRIO	349
1. Introdução	349
1.1. Pluralidade de sócios	350
1.2. <i>Holding</i>	351
1.3. Sociedade de Propósito Específico (SPE)	351
2. Sociedades simples x sociedades empresárias	352
3. Tipos de sociedade	354
3.1. Sociedades dependentes de autorização	355
3.2. Sociedade nacional	356
3.3. Sociedade estrangeira	356
3.4. Sociedade entre cônjuges	357
3.5. Sociedade rural	360
4. Aquisição de personalidade jurídica pelas sociedades	361
5. Classificação das sociedades empresárias	361
5.1. Sociedades limitadas “de capital” e sociedades anônimas “de pessoas”	363
6. Sociedades não personificadas	364
6.1. Sociedade em comum	365
6.1.1. Prova da existência da sociedade em comum	368
6.1.2. Responsabilidade dos sócios na sociedade em comum	368
6.2. Sociedade em conta de participação	371
7. Sociedades personificadas	376
7.1. Sociedade simples pura (“simples simples”)	377
7.1.1. Contrato social	378
7.1.1.1. Necessidade de contrato escrito	379
7.1.1.2. Instrumento particular ou público	380
7.1.1.3. Qualificação dos sócios e da sociedade	380
7.1.1.4. Capital social	381
7.1.1.5. Capital social x patrimônio	381
7.1.1.6. Subscrição e integralização das quotas	382
7.1.1.7. Administração da sociedade	383
7.1.1.8. Distribuição dos resultados	388
7.1.1.9. Responsabilidade dos sócios	389
7.1.1.10. Alteração do contrato social	390
7.1.2. Direitos e deveres dos sócios	391

7.1.3.	Deliberações sociais.....	392
7.2.	Sociedade limitada.....	393
7.2.1.	Legislação aplicável.....	394
7.2.1.1.	A correta interpretação do art. 1.053 do Código Civil...	396
7.2.2.	Contrato social	399
7.2.2.1.	Necessidade de contrato escrito	400
7.2.2.2.	Instrumento particular ou público.....	401
7.2.2.3.	Qualificação dos sócios e da sociedade.....	401
7.2.2.4.	Capital social	402
7.2.2.5.	Subscrição e integralização das quotas.....	404
7.2.2.5.1.	Quotas preferenciais.....	407
7.2.2.5.2.	Aquisição de quotas pela própria sociedade	409
7.2.2.6.	Administração da sociedade	410
7.2.2.6.1.	Responsabilidade dos administradores.....	413
7.2.2.7.	Distribuição dos resultados.....	417
7.2.2.8.	Responsabilidade dos sócios.....	418
7.2.2.9.	Alteração do contrato social.....	419
7.2.3.	Deliberações sociais.....	420
7.2.3.1.	Participação e votação a distância.....	427
7.2.4.	Natureza personalista ou capitalista da sociedade limitada	428
7.2.5.	Conselho fiscal	430
7.2.6.	Exclusão extrajudicial de sócio minoritário por justa causa.....	431
7.3.	Sociedade anônima	435
7.3.1.	Histórico.....	435
7.3.2.	Legislação aplicável.....	437
7.3.3.	Governança Corporativa (<i>corporate governance</i>)	437
7.3.3.1.	Sistemas de governança corporativa.....	440
7.3.3.2.	Governança corporativa nas empresas estatais	440
7.3.4.	Características principais.....	441
7.3.4.1.	Natureza capitalista da S/A.....	441
7.3.4.2.	Essência empresarial da S/A.....	442
7.3.4.3.	Identificação exclusiva por denominação.....	443
7.3.4.4.	Responsabilidade limitada dos acionistas	443
7.3.5.	Classificação das sociedades anônimas.....	444

7.3.6.	Mercado de capitais.....	444
7.3.6.1.	A Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	445
7.3.6.2.	Bolsa de Valores.....	447
7.3.6.3.	Mercado de Balcão.....	448
7.3.6.4.	Mercado de capitais primário e secundário	449
7.3.7.	Constituição da sociedade anônima.....	450
7.3.7.1.	Requisitos preliminares.....	450
7.3.7.1.1.	Constituição por subscrição pública	451
7.3.7.1.2.	Constituição por subscrição particular.....	455
7.3.7.1.3.	Algumas regras gerais acerca do procedimento de subscrição das ações	455
7.3.7.2.	Formalidades complementares	456
7.3.8.	O capital social.....	458
7.3.8.1.	A obrigação de integralizar (realizar) o capital social....	461
7.3.8.1.1.	O acionista remisso.....	462
7.3.8.1.2.	Aumento e redução do capital social.....	463
7.3.9.	Ações.....	465
7.3.9.1.	Classificação das ações	466
7.3.9.1.1.	Quanto aos direitos e obrigações	466
7.3.9.1.2.	<i>Golden share</i>	468
7.3.9.1.3.	Quanto à forma de transferência.....	469
7.3.9.2.	Classes de ações	470
7.3.9.3.	Valor da ação	471
7.3.9.3.1.	Valor nominal.....	471
7.3.9.3.2.	Valor patrimonial	472
7.3.9.3.3.	Valor de negociação.....	473
7.3.9.3.4.	Valor econômico	474
7.3.9.3.5.	Preço de emissão.....	475
7.3.9.4.	Direitos e obrigações conferidos pelas ações.....	476
7.3.9.4.1.	Direitos essenciais dos acionistas	476
7.3.9.4.2.	Direito de participação nos lucros	477
7.3.9.4.3.	Direito de participação no acervo da com- panhia.....	477
7.3.9.4.4.	Direito de fiscalização.....	478
7.3.9.4.5.	Direito de preferência.....	479

7.3.9.4.6. Direito de retirada (direito de recesso)	479
7.3.9.4.7. Direito de voto	482
7.3.9.4.8. Acionista controlador.....	489
7.3.9.4.9. Acordo de acionistas.....	496
7.3.10. Valores mobiliários	498
7.3.10.1. Debêntures.....	499
7.3.10.1.1. Emissão de debêntures	500
7.3.10.1.2. Espécies de debêntures	501
7.3.10.2. Partes beneficiárias.....	501
7.3.10.3. Bônus de subscrição	502
7.3.11. Órgãos societários	503
7.3.11.1. Assembleia geral	505
7.3.11.2. Convocação da assembleia geral	507
7.3.11.2.1. Convocação epistolar.....	509
7.3.11.2.2. Local de realização do conclave	510
7.3.11.2.3. Quóruns de instalação e deliberação	510
7.3.11.2.4. Formalidades	513
7.3.11.2.5. Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária	514
7.3.11.2.6. Assembleia Geral Virtual (<i>digital</i>)	516
7.3.11.3. Os órgãos de administração da companhia.....	517
7.3.11.3.1. O Conselho de Administração	518
7.3.11.3.2. Voto múltiplo	519
7.3.11.3.3. Eleição em separado	521
7.3.11.3.4. Competência do conselho de administração	522
7.3.11.3.5. A diretoria	523
7.3.11.3.6. Normas comuns aos conselheiros e direto- res.....	524
7.3.11.4. Conselho fiscal.....	542
7.3.12. Livros sociais e demonstrações contábeis.....	547
7.3.13. Lucros e dividendos.....	548
7.4. Sociedade em nome coletivo.....	556
7.5. Sociedade em comandita simples.....	557
7.6. Sociedade em comandita por ações	559
7.7. Sociedade cooperativa	561

7.7.1. A problemática sobre a cláusula de unimilitância nos estatutos das cooperativas.....	562
7.8. A antiga sociedade de capital e indústria.....	563
8. Operações societárias.....	564
8.1. Transformação.....	565
8.1.1. Transformação de sociedade cooperativa.....	566
8.1.2. Conversão de associação civil em sociedade empresária	567
8.2. Incorporação.....	567
8.3. Fusão.....	569
8.4. Cisão.....	570
8.4.1. Protocolo e justificação	570
8.4.2. Direitos dos debenturistas.....	571
8.4.3. Direitos dos credores.....	572
8.5. A atuação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).....	573
8.6. Outras operações entre sociedades.....	576
8.6.1. Coligação de sociedades	576
8.6.2. Grupos societários	578
8.6.3. Consórcios.....	579
8.6.4. Sociedade subsidiária integral.....	579
8.6.5. <i>Joint venture</i>	580
8.6.6. Fundos de <i>private equity</i> e <i>venture capital</i>	580
9. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.....	581
9.1. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades contratuais	582
9.1.1. Dissolução parcial das sociedades contratuais.....	585
9.1.1.1. Penhora de quota por dívida particular de sócio.....	586
9.1.1.1.1. A penhora de quotas no novo CPC	588
9.1.1.2. Morte de sócio	589
9.1.1.3. Exercício do direito de retirada.....	590
9.1.1.4. Direito de retirada na sociedade limitada.....	591
9.1.1.5. Exclusão de sócio.....	594
9.1.1.6. Efeitos da dissolução parcial	595
9.2. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades por ações.....	599
9.2.1. Dissolução parcial das sociedades por ações.....	603
9.3. O procedimento de dissolução parcial previsto no novo CPC.....	607
10. Arbitragem nos conflitos societários.....	609

10.1. A cláusula compromissória nos estatutos das sociedades anônimas	610
10.1.1. Arbitragem e empresas públicas: o caso Petrobras.....	611
10.2. A cláusula compromissória nos contratos sociais de sociedades limita- das.....	612
10.3. A Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM).....	613
11. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	613
11.1. As bases históricas da teoria da desconsideração.....	614
11.2. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil	615
11.2.1. Teoria da desconsideração e imputação direta de responsabilidade: crítica ao art. 28, <i>caput</i> , do CDC.....	618
11.2.2. Teoria da desconsideração e mero prejuízo do credor: crítica ao art. 28, § 5.º, do CDC.....	620
11.2.3. Teoria da desconsideração e abuso de personalidade jurídica: elogio ao art. 50 do Código Civil	621
11.2.3.1. A caracterização do abuso da personalidade jurídica	623
11.3. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade	624
11.4. A desconsideração inversa.....	627
11.5. Aspectos processuais da aplicação da teoria da desconsideração (de acordo com o Novo CPC).....	629
11.5.1. Condenação em honorários?	631
11.5.2. Desconsideração da personalidade jurídica e fraude à execução	631
11.6. Necessidade de demonstração da insolvência da pessoa jurídica.....	633
11.7. Teoria maior × teoria menor.....	633
11.8. Dissolução irregular de empresa.....	637
11.9. Falta de integralização do capital social.....	639
11.10. Prazo para requerimento da desconsideração da personalidade jurídi- ca	639
11.11. Subcapitalização	640
11.12. Desconsideração da personalidade jurídica de fundos de investimen- to.....	641
11.13. Empreendimentos de economia solidária.....	642
5. TÍTULOS DE CRÉDITO	647
1. Introdução	648
2. Origem e desenvolvimento dos títulos de crédito	649
3. Histórico da legislação cambiária.....	650
3.1. O Código Civil de 2002 e os títulos de crédito	652

4. Conceito, características e princípios dos títulos de crédito.....	654
4.1. Características.....	655
4.2. Princípio da cartularidade.....	657
4.3. Princípio da literalidade.....	658
4.3.1. Literalidade indireta.....	659
4.4. Princípio da autonomia.....	659
4.4.1. A abstração dos títulos de crédito e a inoponibilidade das exceções pessoais ao terceiro de boa-fé.....	661
5. Classificação dos títulos de crédito.....	663
5.1. Quanto à forma de transferência ou circulação.....	663
5.2. Quanto ao modelo.....	664
5.3. Quanto à estrutura.....	664
5.4. Quanto às hipóteses de emissão.....	665
5.5. Quanto à prestação constante do título.....	665
5.6. Quanto à tipicidade.....	666
6. A obrigação cambial.....	667
7. Atos cambiários.....	669
7.1. Endosso.....	669
7.1.1. Efeitos do endosso.....	670
7.1.2. Formalidades do endosso.....	670
7.1.3. Endosso em branco e endosso em preto.....	671
7.1.4. O endosso em branco e as leis do Plano Collor.....	672
7.1.5. Endosso impróprio.....	673
7.1.6. Endosso póstumo ou tardio.....	675
7.1.7. Endosso x cessão civil de crédito.....	675
7.2. Aval.....	677
7.2.1. Formalidades do aval.....	677
7.2.2. Aval em branco x aval em preto.....	678
7.2.3. Avais simultâneos e avais sucessivos.....	679
7.2.4. Aval x fiança.....	679
7.2.5. Necessidade de outorga conjugal em aval prestado por pessoa casada.....	683
7.2.6. Aval parcial.....	685
7.2.7. Aval posterior ao vencimento.....	686
7.2.8. Prescrição de título de crédito avalizado.....	686

7.3. Protesto.....	687
7.3.1. Características do protesto	688
7.3.2. Espécies de protesto	688
7.3.3. Formalidades do protesto	688
7.3.4. Efeitos do protesto.....	689
7.3.5. (Im)prescindibilidade do protesto.....	691
7.3.6. Sustação e cancelamento de protesto.....	691
7.3.7. Protesto indevido e responsabilidade do endossatário	692
7.3.8. Prazo para realização do protesto	692
7.4. Solidariedade cambial.....	694
8. Títulos de crédito em espécie.....	696
8.1. Letra de câmbio	696
8.1.1. Saque e estrutura da letra	696
8.1.2. Requisitos essenciais da letra de câmbio	697
8.1.3. Requisitos não essenciais	699
8.1.4. Letra em branco ou incompleta.....	699
8.1.5. Aceite da letra	700
8.1.6. Vencimento da letra	703
8.1.7. Pagamento da letra.....	705
8.2. Nota promissória.....	706
8.2.1. Saque e estrutura da nota promissória.....	706
8.2.2. Requisitos essenciais.....	707
8.2.3. Requisitos não essenciais	707
8.2.4. Regime jurídico.....	708
8.2.5. Nota promissória vinculada a contrato	709
8.2.5.1. A cláusula-mandato (Súmula 60 do STJ).....	712
8.3. Cheque.....	713
8.3.1. Legislação aplicável.....	714
8.3.2. Requisitos essenciais.....	714
8.3.3. Requisitos não essenciais	715
8.3.4. Algumas características importantes do cheque	717
8.3.5. Cheque “pré-datado” (ou “pós-datado”)	720
8.3.6. Modalidades de cheque.....	723
8.3.7. Sustação do cheque	724

8.3.8.	Prazo de apresentação	725
8.3.9.	Prescrição do cheque.....	726
8.3.9.1.	A cobrança de cheque prescrito	728
8.4.	Duplicata	731
8.4.1.	Causalidade da duplicata	731
8.4.2.	Características essenciais.....	735
8.4.3.	Sistemática de emissão, aceite e cobrança da duplicata.....	739
8.4.4.	Duplicata escritural.....	744
9.	Algumas regras do Código Civil sobre títulos de crédito.....	747
9.1.	Autonomia e omissão de requisito legal.....	747
9.2.	Conteúdo e forma dos títulos de crédito.....	748
9.3.	A desmaterialização dos títulos de crédito.....	748
9.4.	Cláusulas proibidas nos títulos de crédito.....	751
9.5.	Títulos de crédito em branco ou incompletos.....	752
9.6.	Obrigação cambial de representante/mandatário.....	753
9.7.	Títulos representativos.....	753
9.8.	Nascimento da obrigação cambial (teoria da criação <i>versus</i> teoria da emissão).....	754
9.9.	Aval no Código Civil.....	755
9.10.	Lei Uniforme de Genebra x Código Civil.....	756
9.11.	O endosso e seus efeitos.....	757
9.12.	Os títulos ao portador	757
10.	Outros títulos de crédito.....	758
10.1.	Títulos de crédito comercial.....	758
10.2.	Títulos de crédito industrial	759
10.3.	Títulos de crédito à exportação.....	759
10.4.	Títulos de crédito rural	759
10.5.	Títulos de crédito imobiliário.....	761
10.5.1.	Novos títulos imobiliários.....	761
10.6.	Títulos de crédito bancário.....	762
10.7.	Letra de Arrendamento Mercantil	764
6.	CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	765
1.	Introdução	765
1.1.	Aplicação do CDC aos contratos entre empresários	766

2. O Código Civil de 2002 e a unificação do direito obrigacional	771
2.1. Contratos civis x contratos empresariais.....	772
3. Teoria geral do direito contratual.....	776
3.1. Princípios gerais dos contratos	777
3.1.1. Princípio da autonomia da vontade	777
3.1.1.1. O princípio da atipicidade dos contratos empresariais	779
3.1.1.2. A autonomia da vontade após a Lei da Liberdade Econômica	779
3.1.2. Princípio do consensualismo	781
3.1.3. Princípio da relatividade	781
3.1.3.1. A teoria da aparência.....	782
3.1.4. Princípio da força obrigatória.....	782
3.1.4.1. A teoria da imprevisão.....	783
3.1.5. Princípio da boa-fé.....	786
3.2. A exceção do contrato não cumprido.....	788
3.3. A teoria do adimplemento substancial.....	788
3.4. A interpretação dos negócios jurídicos empresariais.....	792
4. Compra e venda empresarial.....	794
4.1. Elementos essenciais da compra e venda	795
4.2. Direitos e deveres fundamentais do comprador e do vendedor.....	796
4.3. Cláusulas especiais da compra e venda.....	801
4.3.1. Retrovenda.....	801
4.3.2. Venda a contento	802
4.3.3. Preempção ou preferência.....	802
4.3.4. Venda com reserva de domínio	803
4.3.5. Venda sobre documentos	805
5. Contratos de colaboração empresarial.....	805
5.1. Subordinação empresarial nos contratos de colaboração	806
5.2. As cláusulas de exclusividade nos contratos de colaboração	809
5.3. Comissão mercantil.....	810
5.4. Representação comercial.....	813
5.5. Concessão mercantil.....	825
5.6. Franquia (<i>franchising</i>)	831
5.6.1. Sublocação na franquia.....	837
6. Contratos bancários.....	838

6.1. Decisões importantes do STJ sobre contratos bancários	842
6.2. Depósito bancário	846
6.3. Mútuo bancário	848
6.4. Desconto bancário	849
6.5. Abertura de crédito	850
6.6. Contratos bancários impróprios	852
6.6.1. Alienação fiduciária em garantia.....	852
6.6.1.1. Bens imóveis	853
6.6.1.2. Bens móveis.....	855
6.6.2. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	861
6.6.2.1. A cobrança antecipada do valor residual (VRG)	863
6.6.3. Faturização (fomento mercantil ou <i>factoring</i>).....	865
6.6.3.1. O problema do direito de regresso do faturizador contra o faturizado	866
6.6.3.2. Características do <i>factoring</i>	870
6.6.4. Cartão de crédito	872
7. Fundos de investimento.....	874
8. Cláusulas de eleição de foro em contratos empresariais.....	877
7. DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL.....	879
1. As origens históricas do direito falimentar	879
1.1. O direito falimentar no Brasil	882
1.2. A evolução da legislação falimentar brasileira	883
2. Teoria geral do direito falimentar.....	886
2.1. Sujeição legal.....	887
2.1.1. As empresas públicas e as sociedades de economia mista	889
2.1.2. Sociedades empresárias submetidas a procedimento de liquidação extrajudicial	891
2.1.2.1. As cooperativas médicas.....	892
2.1.3. Sociedades de propósito específico que atuam com incorporação imobiliária.....	894
2.2. Foro competente.....	894
3. Atuação do MP nos processos de falência/recuperação.....	897
4. Aplicação subsidiária do CPC.....	902
5. Administrador judicial	910

5.1.	Impedimentos.....	911
5.1.1.	Auxiliares do administrador judicial.....	912
5.1.2.	Atribuições do administrador judicial.....	912
5.1.3.	Remuneração do administrador judicial e dos seus auxiliares.....	915
5.1.4.	Destituição.....	917
5.1.5.	Responsabilidade.....	917
5.2.	Comitê de credores.....	918
5.2.1.	Constituição.....	918
5.2.2.	Composição.....	919
5.2.3.	Atribuições do comitê de credores.....	919
5.2.4.	Remuneração.....	920
5.2.5.	Investidura, impedimentos e destituição.....	920
5.3.	Assembleia geral de credores.....	921
5.3.1.	Composição da assembleia geral de credores.....	922
5.3.2.	Convocação.....	923
5.3.3.	Dispensa de convocação, dispensa da AGC e AGC virtual.....	923
5.3.4.	Presidência, instalação e participação por representação.....	924
5.3.5.	Direito de voto.....	925
5.3.6.	Exercício do direito de voto.....	927
5.3.7.	Quórum de deliberação.....	928
5.3.8.	Criação de subclasses de credores.....	930
5.3.9.	Controle jurisdicional da assembleia geral de credores.....	932
6.	Recuperação judicial.....	935
6.1.	O pedido de recuperação judicial.....	937
6.1.1.	O autor do pedido de recuperação judicial (legitimidade ativa).....	938
6.1.2.	Consolidação processual (litisconsórcio ativo).....	939
6.1.3.	Consolidação substancial.....	939
6.1.4.	Requisitos materiais do pedido de recuperação judicial.....	941
6.1.5.	Recuperação judicial de produtor rural.....	942
6.1.6.	O foro competente para o pedido de recuperação judicial.....	947
6.1.7.	A petição inicial do pedido de recuperação.....	949
6.1.8.	Valor da causa no pedido de recuperação judicial.....	953
6.1.9.	A constatação prévia na recuperação judicial.....	954
6.1.10.	Do deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial.....	956

6.2. Nomeação do administrador judicial	957
6.2.1. Dispensa da apresentação de certidões negativas	957
6.2.2. Participação do devedor em licitações públicas	957
6.2.3. <i>Stay period</i>	960
6.2.4. Suspensão da prescrição	961
6.2.5. Suspensão das execuções	961
6.2.6. Sócio solidário	962
6.2.7. Proibição de atos constritivos	963
6.2.8. Não aplicação do <i>stay period</i> a credores proprietários	963
6.2.9. Não aplicação do <i>stay period</i> a execuções fiscais	964
6.3. Ações que demandam quantia ilíquida, reclamações trabalhistas e processos arbitrais	968
6.3.1. Execuções trabalhistas	972
6.3.2. Prazo do <i>stay period</i>	973
6.3.3. Apresentação de plano de recuperação alternativo pelos credores	977
6.4. Antecipação do <i>stay period</i>	978
6.4.1. Apresentação de contas demonstrativas mensais	979
6.4.2. Intimação do MP e das Fazendas Públicas	979
6.4.3. Outros efeitos decorrentes da distribuição do pedido de recuperação judicial e do deferimento do seu processamento	979
6.4.4. Ações em que a empresa recuperanda é autora ou litisconsorte ativa	980
6.5. Publicação de edital	981
6.6. Verificação e habilitação de créditos na recuperação judicial	982
6.7. A apresentação do plano de recuperação judicial	986
6.7.1. Tratamento dos créditos em moeda estrangeira	989
6.7.2. A venda de filiais ou unidades produtivas isoladas do devedor ..	989
6.7.3. Os créditos trabalhistas no plano de recuperação judicial	992
6.7.4. A aplicação da <i>failing firm theory</i> no Brasil	999
6.8. Credores submetidos aos efeitos da recuperação judicial	1000
6.8.1. O significado de “crédito existente na data do pedido”	1000
6.8.1.1. O tratamento especial dos créditos de representantes comerciais	1002
6.8.2. Quando o crédito de honorários advocatícios se torna existente?	1002

6.8.3.	Créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial	1003
6.8.4.	O problema das travas bancárias.....	1007
6.8.5.	A questão dos bens de capital essenciais à atividade empresarial.....	1012
6.8.6.	Art. 49, §§ 6º a 9º	1015
6.8.7.	Coobrigados, fiadores e obrigados de regresso	1016
6.8.8.	Sujeição de débito decorrente de aval.....	1017
6.9.	A análise do plano de recuperação judicial.....	1019
6.9.1.	<i>Cram down</i>	1023
6.9.2.	Apresentação de plano de recuperação alternativo pelos credores	1026
6.9.3.	Exigência de apresentação de certidão negativa de débitos tributários	1028
6.10.	A decisão que concede a recuperação judicial e seus efeitos	1033
6.10.1.	A supressão de garantias.....	1035
6.10.2.	A atuação da empresa em crise durante o processo de recuperação judicial	1038
6.10.3.	Obrigações contraídas durante a recuperação judicial.....	1039
6.10.4.	Alienação ou oneração de bens ou direitos do ativo não circulante.....	1040
6.11.	<i>DIP financing</i>	1041
6.12.	O encerramento do processo de recuperação judicial.....	1044
6.12.1.	Apresentação de planos de recuperação aditivos/modificativos	1046
6.12.2.	Da convalidação da recuperação judicial em falência.....	1046
6.12.3.	Descumprimento de parcelamento tributário ou transação tributária	1048
6.12.4.	Liquidação substancial da empresa	1049
6.13.	Do plano especial de recuperação judicial das microempresas e das empresas de pequeno porte	1049
6.14.	Mediação e conciliação na recuperação judicial	1052
7.	Recuperação extrajudicial.....	1053
7.1.	Requisitos legais da recuperação extrajudicial.....	1054
7.2.	O plano de recuperação extrajudicial.....	1054
7.2.1.	Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial	1055
7.3.	O pedido de homologação do art. 162 da LRE.....	1056
7.4.	O pedido de homologação do art. 163 da LRE.....	1057
7.5.	Procedimento do pedido de homologação	1058

7.6. Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial.....	1060
7.7. <i>Stay period</i> na recuperação extrajudicial	1061
8. Falência.....	1062
8.1. Natureza jurídica da falência	1065
8.2. Princípios da falência	1065
8.3. Pressupostos da falência.....	1067
8.4. Procedimento para a decretação da falência	1068
8.4.1. O sujeito passivo do pedido de falência	1068
8.4.1.1. As empresas públicas e as sociedades de economia mista	1069
8.4.1.2. Empresários submetidos a procedimento de liquidação extrajudicial	1070
8.4.2. O sujeito ativo do pedido de falência	1070
8.4.2.1. Autofalência.....	1070
8.4.2.2. Pedido de falência feito por cônjuge, herdeiro ou inventariante do empresário individual.....	1073
8.4.2.3. Pedido de falência feito por sócio da sociedade empresária.....	1073
8.4.2.4. Pedido de falência feito por credor	1073
8.4.3. O foro competente para o pedido de falência	1076
8.4.4. O pedido de falência: a demonstração da insolvência (jurídica ou presumida) do devedor.....	1078
8.4.4.1. Uso do pedido de falência como meio de cobrança de dívidas.....	1079
8.4.4.2. Os sistemas de determinação da insolvência adotados pela Lei 11.101/2005.....	1082
8.4.4.2.1. A impontualidade injustificada.....	1082
8.4.4.2.2. Os atos de falência	1085
8.4.5. A resposta do devedor ao pedido de falência	1088
8.4.5.1. Pedido incidental de recuperação judicial	1089
8.4.5.2. Depósito elisivo da falência.....	1089
8.4.6. A denegação da falência	1090
8.4.6.1. Improcedência do pedido de falência	1090
8.4.6.2. Realização do depósito elisivo	1092
8.4.7. A decretação da falência	1092
8.4.7.1. Natureza jurídica da sentença que decreta a falência ...	1093

8.4.7.2.	Conteúdo específico da sentença que decreta a falência	1094
8.4.7.2.1.	O termo legal da falência	1095
8.4.7.2.2.	O poder geral de cautela do juízo que decreta a falência.....	1096
8.4.7.2.3.	A publicidade da sentença da falência	1097
8.4.7.2.4.	A designação do administrador judicial	1097
8.4.8.	Recurso contra a sentença que julga o pedido de falência	1098
8.4.9.	A participação do Ministério Público na fase pré-falimentar.....	1099
8.5.	Efeitos da decretação da falência	1099
8.5.1.	Efeitos da falência quanto à pessoa e aos bens do devedor	1100
8.5.1.1.	Inabilitação empresarial.....	1102
8.5.1.2.	Perda do direito de administração dos bens.....	1103
8.5.1.3.	Deveres específicos do falido	1104
8.5.2.	Efeitos da falência quanto às obrigações do devedor.....	1105
8.5.2.1.	Os contratos do falido	1106
8.5.2.1.1.	A disciplina especial de alguns contratos.....	1108
8.5.3.	Efeitos da falência quanto aos credores do falido	1112
8.5.3.1.	A instauração do juízo universal da falência.....	1113
8.5.3.1.1.	A suspensão da prescrição e das ações e execuções contra o devedor falido.....	1114
8.5.3.1.2.	O tratamento dado às execuções com atos de constrição já realizados	1117
8.6.	O processo falimentar.....	1120
8.6.1.	O procedimento de arrecadação dos bens do devedor	1120
8.6.1.1.	Falência frustrada	1122
8.6.1.1.1.	A investigação do período suspeito.....	1123
8.6.1.1.2.	Ineficácia <i>versus</i> nulidade.....	1123
8.6.1.1.3.	Os atos do falido objetivamente ineficazes perante a massa.....	1124
8.6.1.1.4.	Os atos do falido subjetivamente ineficazes perante a massa.....	1127
8.6.1.2.	Os pedidos de restituição.....	1129
8.6.1.2.1.	Os fundamentos dos pedidos de restituição	1130
8.6.1.2.2.	As hipóteses de restituição em dinheiro.....	1134
8.6.1.2.3.	O procedimento do pedido de restituição....	1135

8.6.2.	O procedimento de verificação e habilitação dos créditos	1136
8.6.2.1.	Habilitação de créditos fiscais.....	1139
8.6.2.2.	Necessidade de demonstração da origem da dívida	1141
8.6.2.3.	Rateios na falência.....	1142
8.6.3.	A realização do ativo do devedor.....	1143
8.6.3.1.	Os procedimentos de venda dos bens.....	1143
8.6.3.1.1.	Modalidades de venda.....	1145
8.6.3.1.2.	Modalidades atípicas de venda	1146
8.6.3.1.3.	Venda frustrada	1147
8.6.3.2.	A disciplina da sucessão empresarial na LRE.....	1147
8.6.4.	Pagamento dos credores.....	1149
8.6.4.1.	Os créditos extraconcursais	1149
8.6.4.2.	A classificação dos créditos concursais.....	1151
8.6.4.2.1.	Os créditos trabalhistas e equiparados	1151
8.6.4.2.2.	Honorários advocatícios (e de outros profissionais liberais)	1154
8.6.4.2.3.	Os créditos com garantia real	1156
8.6.4.2.4.	Os créditos públicos.....	1157
8.6.4.2.5.	Os créditos com privilégio especial e com privilégio geral.....	1159
8.6.4.2.6.	Os créditos quirografários.....	1159
8.6.4.2.7.	As multas e penas pecuniárias	1160
8.6.4.2.8.	Os créditos subordinados	1160
8.6.4.2.9.	Juros.....	1160
8.6.5.	Encerramento do processo falimentar.....	1160
8.7.	A extinção das obrigações do devedor falido	1161
9.	Dispositivos penais da Lei 11.101/2005.....	1163
9.1.	A polêmica sobre a competência para julgamento dos crimes falimentares.....	1165
10.	Problemas de direito intertemporal	1165
11.	Insolvência transnacional.....	1167
8.	MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	1169
1.	Empreendedorismo e desburocratização no Brasil.....	1169
2.	Do Estatuto da ME e da EPP (Lei 9.841/1999) à Lei Geral das MEs e EPPs (LC 123/2006)	1171

3. Da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte.....	1172
3.1. Enquadramento, desenquadramento e reenquadramento.....	1175
3.2. Do pequeno empresário.....	1177
3.3. Da simplificação dos procedimentos para abertura e fechamento das MEs e EPPs	1178
3.4. Das regras especiais quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias.....	1184
3.5. A situação especial dos pequenos empresários.....	1185
3.6. A atuação dos prepostos das MEs e EPPs na Justiça do Trabalho	1186
3.7. A fiscalização prioritariamente orientadora e o sistema da “dupla visita”	1186
3.8. Das regras especiais de apoio creditício.....	1188
3.8.1. O investimento-anjo	1189
3.8.2. A sociedade de garantia solidária.....	1192
3.8.3. A empresa simples de crédito (ESC).....	1193
3.9. Das regras especiais de apoio ao associativismo.....	1195
3.10. Das regras especiais de apoio ao desenvolvimento empresarial.....	1195
3.10.1. Inova Simples: regime jurídico especial para abertura de <i>startups</i>	1196
3.11. Das regras empresariais gerais de tratamento diferenciado para as MEs e EPPs	1197
3.11.1. As deliberações sociais nas MEs e EPPs	1198
3.11.2. O nome empresarial das MEs e EPPs.....	1198
3.11.3. O protesto de títulos contra as MEs e EPPs	1199
3.11.4. As MEs e EPPs e o acesso à justiça	1199
3.11.5. Do regime tributário e fiscal: o Simples Nacional	1201
3.11.6. A Emenda Constitucional 42/2003 (Reforma Tributária)	1201
3.12. A Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas) e as MEs e EPPs...	1203

9. TEMAS ESPECIAIS: COMÉRCIO ELETRÔNICO, ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E CRIPTOMOEDAS 1205

1. Do escambo às negociações virtuais.....	1205
2. Comércio eletrônico.....	1209
2.1. O Decreto 7.962/2013.....	1210
3. A economia do compartilhamento	1213
4. As criptomoedas (o fenômeno <i>Bitcoin</i>).....	1217
4.1. Decisões do Superior Tribunal de Justiça.....	1226
4.2. Comunicados do Banco Central do Brasil (BACEN).....	1230

4.3. A orientação da Receita Federal.....	1230
4.4. As notas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	1232
4.5. A aparição do tema em provas de concurso público.....	1234
4.6. A edição da Lei 14.478/2022	1235